

150 dias do XIV Governo dos Açores

Onda de protestos contra o Governo por falta de pagamentos

O XIV Governo dos Açores, liderado por José Manuel Bolieiro, completa hoje 150 dias de governação, enfrentando uma onda de protestos devido a atrasos de pagamentos e dívidas por saldar com vários meses de atraso.

A Direcção da Federação de Bombeiros da Região Autónoma dos Açores é uma das instituições que mais recentemente manifestou “o seu descontentamento pelo facto do Governo Regional dos Açores não ter cumprido a totalidade da palavra dada em sessão de Parlamento sobre as dívidas da Região às 17 Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários”.

Milhares de euros pendentes

Segundo os bombeiros, “foi publicamente feito o compromisso pelo Governo Regional que, todas as dívidas da Região às Associações seriam liquidadas até ao dia 31 de Julho, algo que não aconteceu, permanecendo centenas de milhares de euros pendentes”.

“O único pagamento feito pelo Governo Regional dos Açores, através do SRPCBA foi relativo às tripulações mensais e quilómetros urgentes e o 1º semestre de 2024 relativo aos 8% de aumento de vencimentos imposto em Parlamento no ano de 2023 (396.000,00 euros)”, explica a Federação.

Acusam ainda de “as dívidas do Fundo de Coesão Regional estão praticamente inalteradas e as dívidas da Saúde às Associações nos transportes não urgente de doentes, continuam a acumular todos meses”.

“Não podemos aceitar que não se cumpra os compromissos assumidos. Enquanto a Região esteve em duodécimos, fomos tolerando a desculpa de que não conseguíamos fazer pagamentos por estarem nesse regime, mas, agora não existem desculpas nem justificações”, acusam ainda os bombeiros.

Enfermeiros à espera de pagamentos

Os enfermeiros açorianos também



manifestaram a semana passada o seu protesto porque “decorrido 1 mês após publicação do Orçamento RAA, o Governo Regional, na pessoa da Secretária da Saúde e Segurança Social, continua a não agendar reunião com o SEP-Açores, para analisar/pagar a dívida do Serviço Regional de Saúde para com os enfermeiros da Região”.

Comerciantes das Pescas há 3 anos à espera

A Associação de Comerciantes do sector das Pescas manifestou, igualmente, a sua apreensão a deputados do PS, especialmente no que se refere ao pagamento do antigo POSEI para os anos de 2021 e 2022, e 2023 que já devia estar a ser pago, que ainda não foi realizado, sendo que já se passaram quase três anos.

Além disso, há preocupações quanto ao pagamento dos apoios relacionados com a Covid-19.

Garrote à comunicação social

Nas empresas de comunicação social privada dos Açores vivem-se momentos de aflição há muitos meses, algumas com ordenados em atraso, devido ao atraso do Governo na aplicação do programa PROMEDIA.

Os apoios públicos já foram aprovados e publicados no Jornal Oficial, mas ainda não foram entregues às respectivas empresas, que, por sua vez, estão em falta com os fornecedores e algumas delas foram obrigadas a recorrer ao crédito bancário.

Câmara do Comércio reclama

A Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada também se queixou na semana passada de atrasos do Governo sobre os pagamentos dos programas de manutenção do emprego - PME I e II.

- no PME I 45,5% das empresas registam um atraso nos pagamentos entre 6 e 12 meses e 21,2% afirmam que o atraso é superior a 12 meses, o que se traduz em 67,7% de atrasos com mais do que 6 meses;

- no PME II 50,0% das empresas registam um atraso nos pagamentos entre 6 e 12 meses e 18,8% afirmam que o atraso é superior a 12 meses, o que se traduz em 68,8% de atrasos com mais do que 6 meses.

A Direcção da CCIPD considera “de extrema relevância e urgência a regularização destas situações, tanto mais que as empresas mais pequenas sofrem um impacto muito significativo devido ao elevado custo do financiamento, necessário para colmatar os atrasos nos

pagamentos”.

Ainda sobre os pagamentos às empresas, em particular aos fornecedores do Sistema Regional de Saúde, os empresários “congratulam-se com o anúncio que o Governo da República aprovou a transformação de dívida em dívida financeira no valor de 75 milhões de euros, o que poderá aliviar o problema dos pagamentos em atraso sendo que, no entanto, o problema não fica sanado por insuficiência desta verba, considerando-se fundamental a orçamentação de nova verba equivalente para o orçamento de 2025”.

Hotéis e restaurantes sem receber

Também a delegação dos Açores da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) pediu ao Governo Regional a “urgente regularização dos pagamentos em atraso” dos programas de manutenção do emprego.

Numa mensagem enviada aos associados, a AHRESP diz estar a “acompanhar de perto os constrangimentos inerentes aos atrasos nos pagamentos” dos programas regionais de manutenção do emprego (PME I e PME II).

A Associação alerta para a “situação financeira ainda instável” das empresas devido ao “contexto inflacionista” e à “subida de preços dos bens alimentares, electricidade, gás, entre outros custos de operação”.

“Perante esta situação, a AHRESP já intercedeu junto do Governo Regional dos Açores, solicitando a urgente regularização dos pagamentos em atraso relativos ao Programa de Manutenção do Emprego (PME I e II), estando a aguardar novos desenvolvimentos sobre esta matéria”, adianta a organização.

A AHRESP salienta ainda que os “encargos com empréstimos contraídos na época da pandemia” de Covid-19 e os “desafios inerentes à contratação de trabalhadores” têm “gerado as maiores preocupações” nos empresários, segundo nota distribuída à comunicação social.

Tribunal de Justiça da UE condena Açores

No passado mês de Julho o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) considerou que Portugal não cumpriu a diretiva europeia contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais, por as entidades públicas pagarem em mais do que 30 ou 60 dias, referindo-se concretamente aos Açores O acórdão “confirma as violações do direito da União mencionadas”, já que de acordo com o tribunal, Portugal não cumpriu as obrigações referentes a tal legislação comunitária no que toca à Adminis-

tração Local (entre 2013 e 2017), nas entidades públicas portuguesas prestadoras de cuidados de saúde (entre 2013 e 2022), na Região Autónoma da Madeira (entre 2013 e 2022) e na Região Autónoma dos Açores (em 2013 e entre 2015 e 2022).

“Esta constatação impõe se em relação à Administração Local, à Região Autónoma da Madeira, à Região Autónoma dos Açores e às entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde, sendo os atrasos de pagamento sensi-

velmente mais significativos nestes três últimos casos”, argumenta o TJUE.

100 milhões de euros

O país chegou a apresentar fundamentos de defesa, relacionados com a circunstância de a situação dos atrasos de pagamento, com o facto de não haver violação grave, contínua e sistemática e com os princípios da proporcionalidade e da cooperação, mas o tribunal considera “improce-

dentes os três fundamentos de defesa invocados por Portugal para tentar minimizar, ou mesmo justificar, o facto de não ter cumprido a obrigação de assegurar que as suas entidades públicas cumprem de forma efetiva os referidos prazos de pagamento”.

O Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Mário Fortuna, já se tinha queixado, continuamente, em nome dos fornecedores, de atrasos que ultrapassavam os 100 milhões de euros.